



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681436 - SC (2021/0227038-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : SAMUEL SILVA
ADVOGADO : SAMUEL SILVA - SC022211
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUIZ ADRIANO OLIVEIRA DE SIQUEIRA FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ ADRIANO OLIVEIRA DE SIQUEIRA FILHO, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 5009264-78.2021.8.24.0000).

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. Interposta apelação, restou não conhecida por ser intempestiva.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, não foi conhecido e afastada a existência de flagrante ilegalidade (e-STJ fl. 44). Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fl. 51). Daí o presente *writ*.

O impetrante sustenta a existência de nulidade em razão de o paciente não ter sido questionado sobre o desejo de recorrer da condenação.

Aponta que "Não só deixou de lhe ser explicado que havia sido condenado, como também não lhe foi questionado se tinha o desejo na defesa pessoal de RECORRER DA CONDENAÇÃO, que mesmo por videoconferência não retira a necessidade de intimação pessoal, não virtual, e inafastável manifestação do DESEJO DE RECORRER" (e-STJ fl. 12).

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da nulidade alegada com a possibilidade de o paciente aguardar o julgamento do seu apelo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Colhe-se do acórdão recorrido (e-STJ fls. 48/49):

"Na hipótese em tela, portanto, o pedido deduzido pelo impetrante - de recebimento do recurso de apelação interposto pela defesa do paciente - não pode ser conhecido, tendo em vista a existência de recurso próprio para a manifestação da insurgência, para o qual, inclusive, é prevista a concessão de efeito suspensivo.

Ademais, constata-se que inexistiu a arguida ilegalidade apontada pelo impetrante.

Isso porque, denota-se que a sentença foi proferida em audiência (por meio de videoconferência), estando presentes no referido ato, além da Magistrada, o representante do Ministério Público, o

acusado e seu defensor constituído, Dr. Samuel Silva, sendo certo que as partes restaram devidamente cientificadas - pessoalmente, ainda que por meio digital - acerca do teor da decisão condenatória na data da realização do ato, isto é, 29/10/2020, e não manifestaram, na oportunidade, interesse em recorrer do decisum, conforme se observa do termo de audiência (Evento 104 da ação penal de origem).

Portanto, o prazo recursal de 05 (cinco) dias para que o acusado apresentasse insurgência contra a sentença condenatória começou a fluir no dia 30/10/2020, primeiro dia útil após a data da intimação tanto do réu quanto de seu defensor, lapso temporal que se encerrou em 03/11/2020, ao passo que o recurso interposto pelo defensor somente foi protocolizado somente em 09/11/2020 (Evento 109 dos autos digitais de origem), ou seja, em data posterior ao encerramento do referido prazo, o que evidencia sua intempestividade.

Válido registrar, ainda, como bem afirmou a Togada a quo, ao deixar de receber o apelo: "[...] em audiência realizada por videoconferência, o acusado foi devidamente acompanhado por seu defensor constituído, o que é suficiente para garantir a regularidade da intimação de ambos. Mesmo que não tenha sido questionado pelo juízo naquele momento da prolação da sentença em audiência, é certo que o defensor tinha plena ciência que o prazo recursal iniciaria no dia seguinte, nos exatos termos do art. 798, §§ 1º e 5º, do Código de Processo Penal" (Evento 114 dos autos de origem).

[...]

Ante tudo o que foi exposto, tendo em vista a inviabilidade do exame da pretensão por meio do remédio constitucional, e considerada a ausência de flagrante ilegalidade, voto no sentido de não conhecer da ordem."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência